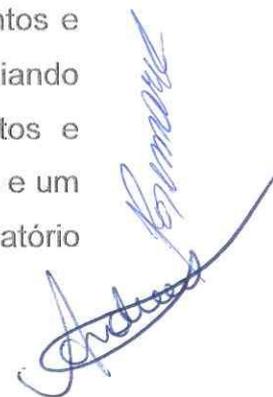


ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREVI –  
25/02/2021.

Na data de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, às onze horas, deu-se início a 2ª (segunda) Reunião Ordinária deste Conselho Fiscal, realizada via aplicativo de chamada de vídeo, convocados através da Carta/CF/002/2021 em atendimento aos dispostos normativos e legais. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Ana Cristina Faustino, Anderson Antônio Rocha da Silva, Andrea da Silva Lima, Dalva Pinheiro de Lima, Jesuel Ferreira de Sá, Juliana de Melo Rosa, Paula Bianca de Castro Oliveira Dornelles e Rosemary Pereira Gonçalves.. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos – Mês: Janeiro/2021; b) Apresentação do Demonstrativo dos recursos aplicados pelo IPREVI – Competência: Janeiro/2021; c) Relatório Simplificado de Gestão Janeiro/2021; d) Balancete do mês de Janeiro/2021; e) Relatórios do Setor de Benefícios: Benefícios Concedidos, Quantitativos FOPAG, Processos Abertos e Recadastramentos; f) Relatórios de Acompanhamento dos Acordos de Parcelamento e do Plano de Amortização do Déficit Atuarial; g) Relatório da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial de 2020. A Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, e informou que a reunião seria iniciada com o Relatório da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial de 2020, que já havia sido apresentado pela Contadora do IPREVI, Paula Bianca de Castro Oliveira Dornelles, matrícula 1028, ao Conselho Deliberativo mais cedo e devidamente aprovado. Uma vez com a palavra, a Contadora iniciou a apresentação com a explicação da composição da taxa de administração estabelecida para o exercício anterior e como essa foi executada, apontando, assim, que houve uma economia de R\$ 50.885,57 (cinquenta mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos). Demonstrou que a previsão inicial da receita institucional foi de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões), tendo sido arrecadado R\$ 52.060.923,02 (cinquenta e dois milhões, sessenta mil, novecentos e vinte e três reais e dois centavos). Foram editados três decretos de suplementação e anulação de

despesas, sem alterar o valor do orçamento anual de 2020. As despesas fixadas foram em R\$ 18.957.500,00 (dezoito milhões, novecentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais) e as realizadas em R\$ 8.640.212,68 (oito milhões, seiscentos e quarenta mil, duzentos e doze reais e sessenta oito centavos). Assim, no comparativo entre receitas e despesa, o exercício foi finalizado com um superávit de R\$ 43.420.719,34 (quarenta e três milhões, quatrocentos e vinte mil, setecentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos). No tocante à execução financeira, os ingressos e dispêndios do exercício de 2020, foram fechados no valor de R\$ 231.527.594,04 (duzentos e trinta e um milhões, quinhentos e vinte sete mil, quinhentos e noventa e noventa e quatro reais e quatro centavos), finalizando o exercício com um saldo bancário de R\$ 159.088.161,73 (cento e cinquenta e nove milhões, oitenta e oito mil, cento e sessenta um reais e setenta e três centavos). Foi constatado, portanto, um ganho real de R\$ 23.494.447,74 (vinte e três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos) em relação ao exercício de 2019, o que significou um crescimento de 14,77% (quatorze vírgula setenta e sete por cento). Quanto à gestão patrimonial, o exercício foi finalizado com um Patrimônio Líquido de R\$ 1.610.268,68 (um milhão, seiscentos e dez mil, duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos), já o Balanço Patrimonial ficou com uma configuração de Ativo e Passivo de R\$ 182.308.813,16 (cento e oitenta e dois milhões, trezentos e oito mil, oitocentos e treze reais e dezesseis centavos). Quanto aos Termos de Parcelamento, foram recebidos no exercício R\$ 26.906,48 (vinte e seis mil, novecentos e seis reais e quarenta e oito centavos) do Termo n.º 1961/2017, R\$ 33.578,54 (trinta e três mil, quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) do Termo n.º 1962/2017, R\$ 845.640,91 (oitocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e um centavos) do Termo n.º 1963/2017, R\$ 1.096.254,02 (um milhão, noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e dois centavos) do Termo n.º 1964/2017 e R\$ 613.015,39 (seiscentos e treze mil, quinze reais e trinta e nove centavos) do Termo n.º 080/2018. Já quanto ao Plano de Amortização Atuarial, foram recebidos pela Autarquia durante o exercício de 2020, R\$ 5.222.071,51 (cinco milhões, duzentos e vinte e dois mil, setenta e um reais e cinquenta e um centavos). Com a finalização da apresentação, a Diretora Presidente reiterou

junto aos conselheiros que, assim como informado aos membros do Conselho Deliberativo, no momento o processo de construção da sede se encontra em revisão do projeto da obra, porque após reunião com os novos responsáveis da Secretaria de Planejamento esses apontaram a falta de elementos como projeto de bombeiros e cabeamento estruturado. Em seguida, apresentou um comparativo dos dados apresentados anteriormente em relação aos exercícios de 2018 e 2019. Dessa maneira, no que se refere à Taxa de Administração nos últimos três anos, a Taxa teve um crescimento de 8,08% (oito vírgula zero oito por cento), o que pode estar relacionado com o aumento dos ingressos de novos servidores. No comparativo das receitas, foi apurada uma grande evolução na arrecadação, por exemplo, nas receitas de contribuição houve uma evolução de 60,79% (sessenta vírgula setenta e nove por cento), tendo sido evidenciado o já referido fator do aumento do número dos servidores, logo das contribuições devidas, bem como pela celebração dos termos de parcelamento e a diversificação da carteira de investimentos institucional. Quanto às despesas, os principais fatores de evolução são variáveis como o aumento do número de benefícios concedidos e modernização dos materiais permanentes da Autarquia - por exemplo, aquisição de equipamentos de informática. Assim, nos três exercícios foi obtido um superávit entre as receitas e despesas, tendo esse último evoluído na ordem de 138,15% (cento e trinta e oito vírgula quinze por cento). Nos últimos três anos, o Patrimônio do Instituto cresceu em 33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento), aumentando na ordem de R\$ 45.261.162,17 (quarenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e um mil, cento e sessenta e dois reais e dezessete centavos) de 2018 a 2020. Ao finalizar a retirada de dúvidas, a Diretora Presidente deu prosseguimento à reunião com a explicação do relatório "Nossa Visão", abordando uma breve contextualização do cenário econômico atual a partir da perspectiva nacional e internacional. Em seguida, foi exposto a todos o Demonstrativo dos Recursos aplicados pelo IPREVI, competência - Janeiro/2021, apresentando um valor global de R\$ 153.912.758,30 (cento e cinquenta e três milhões, novecentos e doze mil, setecentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos) evidenciando uma rentabilidade negativa de R\$ 1.815.126,69 (um milhão, oitocentos e quinze mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos) no mês e um retorno acumulado no exercício de mesmo valor. Foi apresentado o Relatório

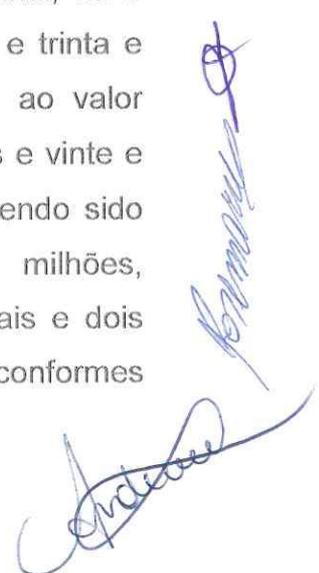
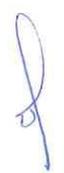


Mensal da Empresa Crédito e Mercado Consultoria em Investimentos, mês de Janeiro 2021, demonstrando que no fechamento de Janeiro a rentabilidade da carteira do Instituto foi de -1,17% (menos um vírgula dezessete por cento) frente uma Meta Atuarial para o mesmo período de 0,69% (zero vírgula sessenta e nove por cento), representando assim um atingimento acumulado de -1,17 % (menos um vírgula dezessete por cento) da Meta Atuarial. Ao expor as movimentações financeiras, foi demonstrado que na categoria de renda fixa, quanto aos fundos de curto prazo, foram alocados 3,35 % (três vírgula trinta e cinco por cento). Em relação aos fundos de médio prazo, foram alocados 24,67% (vinte e quatro vírgula sessenta e sete por cento). Já nos fundos de longo prazo, o montante alocado representou 13,55% (treze vírgula cinquenta e cinco por cento). Já quanto à gestão duration, foram alocados 27,38% (vinte e sete vírgula trinta e oito por cento). Dos vinte e dois fundos que compõem a carteira de renda fixa, oito apresentaram rentabilidade negativa, sendo que todos os seis fundos de longo prazo apresentaram rentabilidade negativa, fechando a categoria de renda fixa em menos R\$ 118.911,30 (cento e dezoito mil, novecentos e onze reais e trinta centavos). Em renda variável, os fundos de ação tiveram alocação de 20,65% (vinte vírgula sessenta e cinco por cento) da carteira. Nos fundos de multimercado, foram consolidados 8,94% (oito vírgula noventa e quatro por cento). No tocante ao fundo imobiliário, o consolidado foi de 1,46% (um vírgula quarenta e seis por cento), dentre os dezessete fundos de renda variável, apenas dois apresentaram rentabilidade positiva, totalizando uma rentabilidade negativa de R\$ 1.696.215,39 (um milhão, seiscentos e noventa e seis mil, duzentos e quinze reais e trinta e nove centavos). No tocante aos fundos de curto prazo da Taxa de Administração, todos apresentaram rentabilidade positiva menor de um por cento, totalizando R\$ 4.669,62 (quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos). Quanto aos recursos financeiros, 68,45% (sessenta e oito vírgula quarenta e cinco por cento) se encontram alocados em fundos de renda fixa, 30,82% (trinta vírgula oitenta e dois por cento) em fundos de renda variável e 0,72% (zero vírgula setenta e dois por cento) em DAV, totalizando R\$ 157.877.005,01 (cento e cinquenta e sete milhões, oitocentos e setenta e sete mil, cinco reais e um centavo). Dentre as instituições financeiras, os recursos se encontram principalmente na Caixa Econômica Federal, 41,12% (quarenta e



um vírgula doze por cento), Banco do Brasil, 17,49% (dezessete vírgula quarenta e nove por cento), e Banco Itaú, 9,79% (nove vírgula setenta e nove por cento). Prosseguiu-se então para o Relatório Simplificado de Gestão Janeiro/2021, com as seguintes informações: Aposentadoria: 254; Pensão por Morte: 107. Benefícios custeados pelo IPREVI: Aposentadoria – Valor: R\$ 351.031,99 (trezentos e cinquenta e um mil, trinta e um reais e noventa e nove centavos); Pensão por Morte – Valor: R\$ 112.949,81 (cento e doze mil, novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos). Total de Benefícios Pagos pelo IPREVI: R\$ 463.981,80 (quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e um reais e oitenta centavos). Por parte da PMI foram pagos: Aposentadoria – Valor: R\$ 48.411,10 (quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e dez centavos). Pensão por Morte – Valor: R\$ 32.607,12 (trinta e dois mil, seiscentos e sete reais e doze centavos). Total de Benefícios Pagos pela PMI: R\$ 81.018,22 (oitenta e um mil, dezoito reais e vinte e dois centavos). Total Geral: R\$ 545.000,02 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais e dois centavos) e 361 beneficiários. Após, por meio do Relatório de Evolução dos Benefícios Concedidos e Quadro de Pessoal, verificou-se que no primeiro mês de 2021, a Instituição fez a gestão de 254 aposentadorias, 107 pensões por morte, 11 servidores concursados e 3 servidoras designadas para Diretoria. Em seguida, foi apresentado o Relatório de Quantitativos da Folha de Pagamento, Processos Abertos, Recadastramento e Pensão por Morte e Aposentadoria referentes ao exercício de 2021. Nesse sentido, aposentadoria por idade permanece sendo a categoria que concentra maior número de beneficiários, com 156 aposentados, seguida pela categoria de aposentadoria por incapacidade permanente, com cinquenta aposentados. Quanto aos processos abertos durante a competência, foram abertos: cinco de aposentadoria, um de solicitação de certidão de tempo de contribuição e trinta e nove administrativos, totalizando a abertura de quarenta e cinco processos durante o mês. No tocante aos recadastramentos, foram recadastrados 31 dos 32 beneficiários relativos ao mês de janeiro, esse beneficiário não-recadastrado já foi notificado pelos meios oficiais, e conforme deliberado pelos órgãos colegiados, teve seu benefício suspenso até regularização. Com a finalização do relatório, a Diretora Presidente apresentou aos conselheiros um quadro com a evolução dos benefícios concedidos entre

2016 e 2020, no qual se pode perceber as seguintes evoluções: Aposentadoria Compulsória caiu em 22,22% (vinte e dois vírgula vinte e dois por cento), saindo de 18 em 2016 para 12 em 2020; Aposentadoria por Incapacidade Permanente aumentou 21,95% (vinte e um vírgula noventa e cinco por cento), indo de 41 aposentados em 2016 para 50 em 2020; Aposentadoria por Tempo de Contribuição cresceu 775% (setecentos e setenta e cinco por cento), sendo que em 2016 a Autarquia tinha 4 aposentados nessa categoria e finalizou 2020 com 35 beneficiários; Aposentadoria por Idade teve um aumento de beneficiários de 43,12% (quarenta e três vírgula doze por cento), partindo de 109 aposentados em 2016 para 156 em 2020; Pensão por Morte evoluiu em 35,44% (trinta e cinco vírgula quarenta e quatro por cento), já que contávamos com 79 beneficiários em 2016 indo para 107 pensões concedidas em 2020. Dessa maneira, houve uma evolução do quadro total de 251 beneficiários em 2016 para 360 beneficiários em 2020, crescendo, portanto, em ordem de 43,42% (quarenta e três vírgula quarenta e dois por cento), o que demonstra fatores importantes nas mudanças vistas nos resultados da Avaliação Atuarial do RPPS. Em seguida, foi abordado o andamento dos pagamentos por parte do ente federativo relativos aos Acordos de Parcelamento e do Plano de Amortização do Déficit Atuarial firmados, existindo ainda um saldo a pagar de R\$ 21.377.672,04 (vinte e um milhões, trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e quatro centavos) face ao valor consolidado total de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos) dos acordos 1961/2017, 1962/2017, 1963/2017, 1964/2017 e 080/2018, tendo sido adimplido, portanto, R\$ 7.496.569,91 (sete milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos) dos acordos firmados. Quanto ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial, há o valor a pagar de R\$ 50.736.063,75 (cinquenta milhões, setecentos e trinta e seis mil, sessenta e três reais e setenta e cinco centavos) face ao valor consolidado de R\$ 61.228.650,77 (sessenta e um milhões, duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos), tendo sido adimplido, portanto, o montante de R\$ 10.492.587,02 (dez milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e sete reais e dois centavos). Quanto às parcelas em atraso e atualização de valores conformes



índices estabelecidos dos Acordos de Parcelamentos e Plano de Amortização, há um valor pendente proveniente de juros das 2ª e 3ª parcelas que foram realizadas fora do prazo legal de pagamento, de R\$ 7.612,95 (sete mil, seiscentos e doze reais e noventa e cinco centavos) dos primeiros. Logo após, a Diretora Presidente exibiu o Balancete do mês de Janeiro/2021, no qual se demonstrou que as receitas e despesas fecharam em R\$ 160.504.524,69 (cento e sessenta milhões, quinhentos e quatro mil, quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos). O balancete foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.2, II, b) da Lei nº 863/2017. Por fim, todos os conselheiros titulares deste Conselho Fiscal manifestaram-se favoravelmente pela conformidade do parecer da 2ª Reunião Ordinária. Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Alessandra Arantes Marques deu por encerrada a reunião. Lavrada a presente ata e achada exata, a mesma vai assinada pelos conselheiros titulares presentes e conselheiros suplentes em representação aos titulares ausentes.

Flama, juiz em d. S. Del. Apoio a Paz, *Andrea da Silva*  
*Genyda*

*Andrea*  
*Romane*  
*J*